

25 JAN 1993

O governo federal, partindo da estimativa de que 1,5 milhão de crianças permanecem fora da escola por falta de vagas, anunciou a liberação de Cr\$ 1,2 trilhão para que os Estados invistam na ampliação da rede escolar oficial. A iniciativa atendeu à determinação do presidente Itamar Franco, que reclamou providências do ministro da Educação a fim de garantir a existência de vagas e acabar com as filas. O presidente sugeriu ao ministro a utilização de prédios públicos, ociosos evidentemente, para abrigar unidades escolares.

O ministro Murílio Hingel cuidou de viabilizar o mais rapidamente possível a sugestão, recomendando aos governos estaduais a construção de salas de aula, o aproveitamento de "espaços públicos" — um desdobramento da idéia presidencial, uma vez que a expressão trata, na versão ministerial, de salões e paróquias — e até mesmo a criação do terceiro turno — sem esquecer, é claro, a compra de vagas na rede privada de ensino.

É curioso ver como mudam as opiniões

do responsável pelo MEC. Em novembro, quando se anunciou a compra de 40 mil vagas de primeiro grau na rede privada, S. Exa. justificou a decisão pelo lado financeiro: "Vai custar muito menos do que o terceiro turno". Agora, o ministro ampliou para 60 mil o número de vagas a ser compradas, ao mesmo tempo que incentivou Estados e municípios a adotar o terceiro turno. Que terá mudado na realidade educacional brasileira de novembro a janeiro, além do ano?

A estimativa de carência de vagas não se altera há pelo menos dois anos, estando calculada em torno de 1,4 milhão no primeiro grau. Basta consultar os dados da pesquisa de janeiro de 1992, do Laboratório Nacional de Computação Científica (financiada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento — PNUD), para saber que a falta de vagas é um "falso problema", por quanto tal carência é "localizada", notadamente no Nordeste (80% delas), na medida em que, segundo a pesquisa, o acesso ao ensino está "democratizado" no País.

Não é outra a conclusão do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, reafirmando que 97% das crianças brasileiras em idade escolar estão na escola; os dados do Banco Mundial sobre o assunto não contradizem esses. Todas essas instituições insistem em que o problema educacional brasileiro, há muito tempo, não é mais quantitativo, mas sim qualitativo. Na realidade, não faltam vagas; falta, isto sim, melhorar a "qualidade das vagas oferecidas". Em um país em que apenas 22% das crianças matriculadas concluem o primeiro grau, o que está em jogo é a qualidade do ensino ou a quantidade das vagas oferecidas às crianças?

Este dado, o presidente ainda não descobriu e parece que o ministro da Educação também não. Em tempo: se o presidente Itamar Franco está tão interessado na criança brasileira que não tem escola, por que continua a jogar dinheiro no malogrado programa dos Ciacs, com letras trocadas? Nesse governo, tal como no anterior, o tijolo continua valendo mais do que o aluno?